

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXXIII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE FEVEREIRO DE 2024

NÚMERO 8.507

MESA

Mauro De Nadal
PRESIDENTE

Maurício Eskudlark
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Paulinha
1ª SECRETÁRIA

Padre Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Marcos da Rosa
3º SECRETÁRIO

Delegado Egídio
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder: Carlos Humberto

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PTB

Líder: Napoleão Bernardes
Liderança dos Partidos
UB PSD PTB
Jair Miotto Napoleão Bernardes
Delegado Egídio

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Volnei Weber
Liderança dos Partidos
MDB PSDB
Fernando Krelling Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁCIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PDT

Líder: Fabiano da Luz
Liderança dos Partidos
PT PDT
Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Sérgio Motta
Liderança dos Partidos
**PODEMOS NOVO
REPUBLICANOS**
Lucas Neves

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: Pepê Collaço

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE PSOL

Líder: Marquito

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Marcius Machado

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Camilo Martins - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente

Fabiano da Luz
Napoleão Bernardes

Sérgio Guimarães

Ana Campagnolo

Marcus Machado

Tiago Zilli

Pepê Collaço

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente

Fabiano da Luz - Vice-Presidente

Marcos Vieira

Carlos Humberto

Sérgio Guimarães

Jair Miotto

Pepê Collaço

Sérgio Motta

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Lunelli - Presidente

Sérgio Guimarães - Vice-Presidente

Camilo Martins

Fabiano da Luz

Massocco

Oscar Gutz

Altair Silva

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Ana Campagnolo - Presidente

Camilo Martins - Vice-Presidente

Neodi Saretta

Estêner Soratto

Julio Garcia

Emerson Stein

José Milton Scheffer

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente

Volnei Weber - Vice-Presidente

Lucas Neves

Luciane Carminatti

Mário Motta

Sérgio Guimarães

Lunelli

José Milton Scheffer

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente

José Milton Scheffer - Vice-Presidente

Camilo Martins

Luciane Carminatti

Julio Garcia

Oscar Gutz

Nilso Berlanda

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Carlos Humberto - Presidente

Neodi Saretta - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Mário Motta

Ana Campagnolo

Fabiano da Luz

Fernando Krelling

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente

Lucas Neves - Vice-Presidente

Luciane Carminatti

Mário Motta

Jair Miotto

Ivan Naatz

Jessé Lopes

Lunelli

Fernando Krelling

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Altair Silva - Presidente

Massocco - Vice-Presidente

Camilo Martins

Neodi Saretta

Napoleão Bernardes

Oscar Gutz

Volnei Weber

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Jair Miotto - Presidente

Matheus Cadorin - Vice-Presidente

Fabiano da Luz

Nilso Berlanda

Carlos Humberto

Marcos Vieira

Pepê Collaço

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Marquito - Presidente

Fabiano da Luz - Vice-Presidente

Lucas Neves

Julio Garcia

Carlos Humberto

Ivan Naatz

Lunelli

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA

Oscar Gutz - Presidente

Sérgio Motta - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Fabiano da Luz

Jessé Lopes

Dr. Vicente Caropreso

Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Sérgio Motta - Presidente

Estêner Soratto

Neodi Saretta

Nilso Berlanda

Emerson Stein

Altair Silva

Mário Motta

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS

Sérgio Guimarães - Presidente

Altair Silva - Vice-Presidente

Lucas Neves

Estêner Soratto

Fabiano da Luz

Oscar Gutz

Emerson Stein

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente

Napoleão Bernardes - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Estêner Soratto

Luciane Carminatti

Tiago Zilli

Pepê Collaço

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Luciane Carminatti - Presidente

Mário Motta - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Ana Campagnolo

Ivan Naatz

Fernando Krelling

Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mário Motta - Presidente

Tiago Zilli - Vice-Presidente

Sérgio Motta

Luciane Carminatti

Marcus Machado

Oscar Gutz

Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente

Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente

Lucas Neves

Sérgio Guimarães

Massocco

José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pepê Collaço - Presidente

Nilso Berlanda - Vice-Presidente

Sérgio Motta

Neodi Saretta

Jair Miotto

Ana Campagnolo

Emerson Stein

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Lucas Neves - Presidente

Jair Miotto - Vice-Presidente

Luciane Carminatti

Marcus Machado

Fernando Krelling

Marquito

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente

Napoleão Bernardes - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Neodi Saretta

Nilso Berlanda

Ivan Naatz

Marquito

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Fernando Krelling - Presidente

Mário Motta - Vice-Presidente

Camilo Martins

Marcus Machado

Carlos Humberto

Fabiano da Luz

Pepê Collaço

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL

Marcus Machado - Presidente

Fernando Krelling - Vice-Presidente

Lucas Neves

Massocco

Marquito

Jair Miotto

Fabiano da Luz

<p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente:</p> <p>II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009)</p> <p>Fabiano Henrique da Silva Souza Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação</p> <p>Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente:</p> <p>VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim;</p> <p>X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa.</p> <p>Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.</p> <p>O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXII NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS</p> <p>Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO 2</p> <p>ATOS DA PRESIDÊNCIA2</p> <p>ATO DA PRESIDÊNCIA DL.....2</p> <p>MENSAGENS GOVERNAMENTAIS3</p> <p>MEDIDAS PROVISÓRIAS3</p> <p>PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO.....7</p> <p>PROJETOS DE LEI.....7</p> <p>CADERNO ADMINISTRATIVO.. 21</p> <p>GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 21</p> <p>ATOS DA MESA.....21</p> <p>PORTARIAS 25</p> <p>EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 29</p> <p>AVISOS DE LICITAÇÃO 29</p> <p>EXTRATOS..... 30</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CADERNO LEGISLATIVO

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 006-DL, de 2024

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 37, § 4º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

PRORROGA por mais 60 (sessenta) dias, o prazo da Comissão Mista, formada pelas Comissões de Pesca e Aquicultura, de Turismo e Meio Ambiente e de Assuntos Municipais, constituída pelo Ato da Presidência nº 128-DL, de 2023, a fim de apreciar, em caráter simultâneo, sobre a implantação da RESEX na região do Cabo de Santa Marta, no litoral de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de fevereiro de 2024.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK**

Presidente em exercício

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS**MEDIDAS PROVISÓRIAS****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM N° 264**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS DEPUTADAS E SENHORES
DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 51 da Constituição do Estado, comunico que adotei a medida provisória inclusa, ora submetida ao exame e à deliberação dessa augusta Casa Legislativa, que “Institui o Programa Emergencial de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinenses (PRONAMPE EMERGENCIAL SC) e estabelece outras providências”, acompanhada de exposição de motivos conjunta da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Florianópolis, 24 de novembro de 2023.

JORGINHO MELLO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 15/02/24

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Governador,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência anteprojeto de Medida Provisória tendo em vista a intenção do Governo do Estado em subsidiar encargos financeiros de linhas de crédito a serem tomadas por pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio porte (beneficiárias) junto à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC) e ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE com o objetivo de estimular a rápida reconstrução e recuperação dos empreendimentos produtivos afetados por desastres naturais, catástrofes climáticas e situações correlatas.

De fato, apesar das vantagens econômicas, ambientais e sociais de nosso Estado, que propiciam solo fértil para os empreendimentos catarinenses, ordinariamente ocorrem eventos climáticos que assolam regiões de nosso Estado com prejuízo ao setor público e privado. Neste ano, chuvas fortes e vendavais aumentaram rapidamente os níveis dos rios causando cheias e enchentes em diversos municípios catarinenses, causando prejuízos a diversos empreendedores.

Como forma de auxiliar as micro, pequenas e médias empresas catarinenses a recuperarem e retomarem suas atividades após a ocorrência destes eventos, quando reconhecidos como calamitosos pela Defesa Civil, é que se propõe o subsídio parcial, pelo Estado, dos encargos financeiros aos beneficiários do Programa que tomarem recursos junto ao BADESC e ao BRDE.

Propõe-se um limite de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), distribuídos equitativamente entre BADESC e BRDE, para o subsídio financeiro a ser disponibilizado pelo Estado até 2028, sem impacto orçamentário em 2023, com possibilidade de ser total ou parcialmente custeado com os juros sobre capital próprio que o Estado tem direito junto ao BADESC, em razão de sua participação acionária, através de fundos constituídos e administrados pelo BRDE ou ainda efetuar o repasse direto de recursos.

Ante a premência da medida para os empreendedores catarinenses, o que dispensa maiores considerações, é que entendemos preenchidos os requisitos de relevância e urgência, exigidos para veicular a matéria em Medida Provisória.

São estas, Senhor Governador, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória na forma do anteprojeto em anexo.

Respeitosamente,

ARI RABAIOLLI

Diretor-Presidente do BADESC

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Diretor-Presidente do BRDE

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 260, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

Institui o Programa Emergencial de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinenses (PRONAMPE EMERGENCIAL SC) e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Emergencial de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinenses (PRONAMPE EMERGENCIAL SC), com o objetivo de estimular a rápida reconstrução e recuperação dos empreendimentos produtivos afetados por desastres naturais, catástrofes climáticas e situações correlatas, localizados em Municípios catarinenses em situação de emergência ou estado de calamidade pública, visando minimizar os efeitos econômicos e sociais negativos deles decorrentes e preservar os níveis de emprego e renda nas regiões afetadas.

Art. 2º O PRONAMPE EMERGENCIAL SC possibilitará a concessão de subsídio financeiro destinado, exclusivamente, ao custeio dos valores correspondentes aos encargos financeiros das operações de financiamento realizadas por meio das linhas de crédito da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) voltadas ao atendimento do objetivo de que trata o art. 1º desta Medida Provisória.

Art. 3º São beneficiárias do PRONAMPE EMERGENCIAL SC as pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio porte, conforme definido em legislação federal, localizadas nos Municípios catarinenses em situação de emergência ou estado de calamidade pública homologado por decreto do Governador do Estado, direta ou indiretamente afetadas pelas intempéries de que trata o art. 1º desta Medida Provisória.

Art. 4º Para a operacionalização do PRONAMPE EMERGENCIAL SC até 2028, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a compensação financeira de créditos do Estado correspondentes aos juros sobre capital próprio do BADESC, utilizar recursos de fundo constituído e administrado pelo BRDE com objetivo de equalização de encargos financeiros ou ainda efetuar o repasse direto de recursos, no limite de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) a cada agente financeiro.

Parágrafo único. Para os exercícios subsequentes, fica o Governador do Estado autorizado a alocar recursos para a manutenção do PRONAMPE EMERGENCIAL SC, mediante prévia indicação de disponibilidade pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF).

Art. 5º Os recursos do PRONAMPE EMERGENCIAL SC não poderão ser utilizados para o pagamento de:

I – multas e juros moratórios devidos pelos beneficiários por atraso no cumprimento das obrigações contratuais;

II – subsídios financeiros de operações de crédito inadimplidas ou em inadimplemento; e

III – subsídios financeiros de operações de crédito renegociadas ou refinanciadas, bem como as que a estas sucederem.

Art. 6º Para acompanhamento e fiscalização do valor correspondente aos encargos financeiros subsidiados pelo Estado, o BADESC e o BRDE encaminharão à SEF, mensalmente, relatório pormenorizado dos financiamentos concedidos com base nesta Medida Provisória.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Estado.

Art. 8º Fica o Governador do Estado autorizado a promover as adequações necessárias na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 (LOA 2024) e no Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027 (PPA 2024-2027).

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 24 de novembro de 2023.

JORGINHO MELLO

Governador do Estado

— * * * —

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM N° 354

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS DEPUTADAS E SENHORES
DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 51 da Constituição do Estado, comunico que adotei a medida provisória inclusa, ora submetida ao exame e à deliberação dessa augusta Casa Legislativa, que “Altera o art. 90 da Lei Complementar n° 774, de 2021, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Penal do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, e o art. 67 da Lei Complementar n° 777, de 2021, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Vencimentos do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), e estabelece outras providências”, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa.

Florianópolis, 8 de janeiro de 2024.

JORGINHO MELLO
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 15/02/24

EM N° 007/22/GAB/SAP

Florianópolis, data da assinatura digital.

Senhor Governador,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência à medida provisória que “Altera o parágrafo único do art. 90 da Lei Complementar n° 774, de 2021, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Penal do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, bem como o parágrafo único do art. 67 da Lei Complementar n° 777, de 2021, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Vencimentos do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), e estabelece outras providências.”.

A medida provisória tem como objetivo a manutenção da convocação excepcional dos Policiais Penais, por meio da alteração do parágrafo único do art. 90 da Lei Complementar n° 774, de 27 de outubro de 2021, e dos Agentes de Segurança Socioeducativos, por meio da alteração do parágrafo único do art. 67 da Lei Complementar n° 777, de 14 de dezembro de 2021, uma vez que a norma contida em ambos os dispositivos limita a vigência das referidas convocações até 31 de dezembro do corrente ano de 2023, e a autorização do Grupo Gestor de Governo (GGG), deliberação n° 1713/2023, foi no sentido de estender a vigência da convocação excepcional até 31 de dezembro de 2024.

Assim, em vista do serviço público essencial prestado pelos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos, as quais necessariamente decorrem da atividade presencial desses profissionais a fim de assegurar a segurança, a ressocialização dos reeducandos e a socioeducação de adolescentes e jovens em conflito com a lei, respectivamente, torna-se importante o número adequado de servidores que operacionalizam a rotina de trabalho nas Unidades Prisionais e Socioeducativas.

Todavia, em que pese todo o esforço desta Secretaria na promoção de quantitativo adequado de servidores para o atendimento ao Sistema Prisional e Socioeducativo, ainda sim, persiste o problema de expressiva defasagem de Policiais Penais e de Agentes de Segurança Socioeducativos, visto que o número de reeducandos e internos cresceu exponencialmente nos últimos anos.

Além do aumento do número de reeducandos e de internos em relação ao número de Policiais Penais e de Agentes de Segurança Socioeducativos, respectivamente, atrela-se também aos afastamentos destes servidores, tais como, férias, licenças ou até mesmo deslocamento dos reeducandos e dos internos para outras regiões por meio de escolta.

Assim, é imperioso que o Departamento de Polícia Penal e Departamento de Administração Socioeducativa, respectivamente, se apropriem de outros meios a fim de assegurar que as Unidades Prisionais e Socioeducativas não fiquem

desguarnecidas de quantitativo suficiente para garantir a segurança e a incolumidade dos reeducandos, adolescentes, jovens, servidores e da sociedade.

Nesse sentido, o plantão extraordinário desempenha um papel fundamental em preencher eventuais lacunas de servidores existentes, além de servir também como solução mais econômica para o Estado.

Todavia, a Lei Complementar nº 774, de 2021, e a Lei Complementar nº 777, de 2021, autorizam respectivamente, nos art. 90 e 67, a realização de convocação excepcional de escalas de plantão, porém, os referidos dispositivos têm vigência determinada até 31 de dezembro de 2023, impossibilitando a continuidade na realização de convocação excepcional dos Policiais Penais e dos Agentes de Segurança Socioeducativos.

Daí porque, a necessidade de se proceder a referida alteração objetivando a extensão do prazo, conforme autorização do GGG para continuidade dos serviços por meio da convocação excepcional até 31 de dezembro do corrente ano de 2024.

Por fim, em razão de todos os argumentos cuidadosamente apresentados nesta exposição de motivos, bem como o exíguo prazo de 31 de dezembro de 2023, por meio do qual a inviabilidade de alteração legislativa poderá colapsar o Sistema Prisional e Socioeducativo, destaco a imperiosa necessidade de tramitação na forma do art. 51 da Constituição Estadual.

Sendo assim, considerando os argumentos supracitados, solicitamos a análise, manifestação e ao final a aprovação desta medida provisória que se reveste de adequada relevância e oportunidade.

Respeitosamente,

Carlos Antônio Gonçalves Alves

Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (Assinatura digital)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 261, DE 8 DE JANEIRO DE 2024

Altera o art. 90 da Lei Complementar nº 774, de 2021, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Penal do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, e o art. 67 da Lei Complementar nº 777, de 2021, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Vencimentos do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 90 da Lei Complementar nº 774, de 27 de outubro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 90.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo terá vigência até 31 de dezembro de 2024.” (NR)

Art. 2º O art. 67 da Lei Complementar nº 777, de 14 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 67.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo terá vigência até 31 de dezembro de 2024.” (NR)

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP).

Art. 4º Fica o Governador do Estado autorizado a promover as adequações necessárias na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 (LOA 2024) e no Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027 (PPA 2024-2027).

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2024.

Florianópolis, 8 de janeiro de 2024.

JORGINHO MELLO

Governador do Estado

PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 0014/2024**

Declara de utilidade pública a Associação Especial de Terapias Educacionais - SETE, de São José e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Especial de Terapias Educacionais - SETE, com sede no Município São José.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Sergio Motta

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 15/02/24

ANEXO ÚNICO

(ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 18.278, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021)

"ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
SÃO JOSÉ	LEIS
.....
ASSOCIAÇÃO ESPECIAL DE TERAPIAS EDUCACIONAIS	
- SETE	
.....	(NR)"

Sala das Sessões,

Sergio Motta

Deputado Estadual

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei que ora apresento tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação Especial de Terapias Educacionais - SETE, tendo em vista que a referida entidade presta serviços de relevante interesse social à comunidade.

Nesse contexto, de acordo com seu Estatuto Social, a Associação Especial de Terapias Educacionais - SETE, tem por finalidade desenvolver fortalecimento social da criança e adolescente com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, formação e capacitação de lideranças, do familiar que possui pessoa com deficiência, promoção da cidadania, articulação com órgãos públicos em defesa de direitos dirigidos ao público da política de assistência social nas áreas da educação, saúde, formação para trabalho, recreativo, terapêutico, esportivo, laser, cultura, prevenção e profissionalização.

Ante o exposto, conto com meus pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Sergio Motta

Deputado Estadual

— * * * —

PROJETO DE LEI Nº 0015/2024

Declara de Utilidade Pública a Associação Comunidade de Inclusão Social Eis-me Aqui, de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

- Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública estadual a Associação Comunidade de Inclusão Social Eis-me Aqui, com sede no Município de Joinville.
- Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.
- Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Sala das Sessões,

Fernando Krelling
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 15/02/24

ANEXO ÚNICO
(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO
ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
JOINVILLE	LEIS
.....
Associação Comunidade de Inclusão Social Eis-me Aqui	
.....

(NR)

Sala das Sessões,

Fernando Krelling
Deputado Estadual

JUSTIFICAÇÃO

- O Projeto de Lei que ora apresento tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação Comunidade de Inclusão Social Eis-me Aqui, tendo em vista que a referida entidade presta serviços de relevante interesse social à comunidade.
- Nesse contexto, de acordo com seu Estatuto Social, a Associação tem por finalidade desenvolver as ações voltadas para os usuários em situação de rua, ofertando o acesso a garantia de direitos, sem distinção de nacionalidade, sexo, credo político ou religioso, raça, cor ou quaisquer outras formas de descriminalização, exercendo suas atividades dentro do propósito para o qual foi instituída.
- Ante o exposto, conto com meus Pares para a aprovação da matéria.
- Sala das Sessões,

Fernando Krelling
Deputado Estadual

_____ * * * _____

PROJETO DE LEI Nº 0017/2024

cria a carteira funcional digital dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina e dá outras providências.

- Art. 1º Fica criada a carteira funcional digital dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina.
- Art. 2º A carteira funcional digital dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina deverá conter:
- I - foto 3x4 atualizada;

- II - nome;
- III - naturalidade;
- IV - data de nascimento;
- V - número do registro geral;
- VI - número do CPF - Cadastro de Pessoas Físicas;
- VII - número da matrícula municipal;
- VIII - período de mandato correspondente à sua validade;
- IX - região onde o Conselheiro Tutelar está instalado; e
- X - telefone de contato do conselho tutelar.

Art. 3º A carteira funcional digital dos Conselheiros Tutelares será expedida pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família (SAS) por intermédio da Diretoria de Assistência Social (DIAS) e será aceita em todo o Estado de Santa Catarina e para todos os fins legais e servirá como meio de identificação dos Conselheiros Tutelares.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art.5º Esta Lei entra em vigor duzentos e setenta dias após a data de sua publicação.

Sala da Sessões,

Daniel Cândido

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 15/02/24

JUSTIFICAÇÃO

Criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar é o órgão encarregado (pela sociedade) de zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Liberati e Cyrino o definem como um espaço que protege e garante os direitos da criança e do adolescente no âmbito municipal. É a ferramenta e o instrumento de trabalho nas mãos da comunidade, que fiscalizará e tomará providências para impedir a ocorrência de situações de risco pessoal e social de crianças e adolescentes. Contudo, o Estatuto não dá detalhes sobre temas importantes relacionados à atuação desse órgão. Por exemplo, o ECA não traz uma orientação clara sobre como deve ser a estrutura do Conselho Tutelar, nem sobre as condições de funcionamento do órgão. Mais do que isso, o ECA não entra em detalhes das relações do Conselho Tutelar com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. As únicas normas nacionais que regulam os Conselhos Tutelares no país são as resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Dentre elas, as mais importantes são as Resoluções nº 113/2006 e a nº 231/2022.2 Por outro lado, muitas leis municipais, que deveriam regulamentar a atuação do Conselho Tutelar na localidade, são antigas e incompletas, tratando o assunto de forma superficial. Assim, questões simples iniciam discussões intermináveis, que não encontram soluções consensuais entre as instituições. Essa instabilidade prejudica o funcionamento do órgão e do próprio Sistema de Garantias de Direitos.

Esse profissional é um agente comunitário que vai dialogar acerca das dificuldades, das vulnerabilidades, da prevenção, da reparação de casos de violência junto à comunidade. Ele faz a interlocução com os equipamentos da rede de proteção social, da política pública da criança e do adolescente.

A carteira funcional digital dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina é de fundamental importância para identificação dos Conselheiros Tutelares.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação deste projeto de lei.

(Assinado eletronicamente pelo Deputado Daniel Netto Cândido)

— * * * —

PROJETO DE LEI Nº 0018/2024

Declara de utilidade pública o CAPÍTULO SÃO FRANCISCO DO SUL N 768 e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o CAPÍTULO SÃO FRANCISCO DO SUL N 768, com sede no Município de São Francisco do Sul.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Matheus Cadorin

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 15/02/24

ANEXO ÚNICO

(ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 18.278, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021)

"ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
SÃO FRANCISCO DO SUL

LEIS

.....
SÃO FRANCISCO DO SUL CAPÍTULO N 768

.....
(NR)"

Sala das Sessões,

Matheus Cadorin

Deputado Estadual

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei que ora apresento tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual o CAPÍTULO SÃO FRANCISCO DO SUL N 768, tendo em vista que a referida entidade presta serviços de relevante interesse social à comunidade.

Nesse contexto, de acordo com seu Estatuto Social, o CAPÍTULO SÃO FRANCISCO DO SUL N 768, tem por finalidade contribuir para a formação de melhores cidadãos, através do aperfeiçoamento moral e intelectual de seus membros, de acordo com os Princípios Sagrados da Ordem DeMolay, inspirados na filosofia de seu fundador, Frank Shermann Land, sendo esta sua principal finalidade, além de fortalecer o caráter dos jovens, incentivando-os às virtudes do Amor Filial, Reverência pelas Coisas Sagradas, Cortesia, Companheirismo, Fidelidade, Pureza e Patriotismo e à defesa das liberdades intelectuais, civil e religiosa. Ainda, incentivar os homens bem intencionados a servir aos seus semelhantes sem almejar recompensa pessoal ou financeira, estimulando a eficiência e recomendando a adoção de elevados padrões éticos no comércio, indústria, profissões liberais, serviços públicos e empreendimentos particulares a que se empenhe qualquer um de seus membros.

Ante o exposto, conto com meus pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Matheus Cadorin

Deputado Estadual

----- * * * -----

PROJETO DE LEI Nº 0019/2024

Dispõe sobre as sanções administrativas aplicadas às pessoas que forem flagradas em áreas e logradouros públicos portando para consumo ou consumindo drogas ilícitas em desacordo com determinação legal ou regulamentar e dá outras providências.

Art. 1º Constitui-se em infração administrativa a pessoa que for flagrada em quaisquer áreas e logradouros públicos do Estado de Santa Catarina, portando para consumo ou consumindo drogas ilícitas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se como droga ilícita a substância psicoativa ou produto capaz de causar dependência ou qualquer entidade química ou mistura de entidades que altere a função biológica e possivelmente a estrutura do organismo, assim especificada em lei ou relacionada em atos normativos atualizados periodicamente pelo Poder Executivo da União, conforme disciplinado na Lei Federal nº 11.343, de 03 de agosto de 2006.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei são considerados Logradouros Públicos:

I - as avenidas;

II - as rodovias;

III - as ruas;

IV - as alamedas, servidões, caminhos e passagens;

V - as calçadas;

VI - as praças;

VII - as ciclovias;

VIII - as pontes e viadutos;

IX - as áreas de vegetação e praias;

X - o hall de entrada dos edifícios e estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

XI - os pátios e estacionamentos dos estabelecimentos que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

XII - a área externa dos campos de futebol, ginásios de esportes e praças esportivas de propriedade pública;

XIII - as repartições públicas e adjacências.

Art. 3º A pessoa que praticar o previsto no *caput* do art. 1º ficará sujeita, sem prejuízo de eventuais medidas no âmbito penal, à seguinte sanção administrativa:

I - multa, no valor de 1 (um) salário mínimo regional.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso I será aplicada em dobro quando a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais, transportes, nas praias e praças.

Art. 4º Em caso de reincidência na prática das condutas vedadas pelo art. 1º será aplicada ao infrator multa no valor dobrado àqueles estabelecidos no art. 3º.

Parágrafo único. Será considerado reincidente o agente infrator que praticar as condutas vedadas pelo art. 1º, mais de uma vez, no período de até 12 (doze) meses.

Art. 5º Notificado da obrigação do pagamento da multa estipulada no art. 3º o infrator que se submeter voluntariamente a tratamento para dependência em drogas terá suspensa a exigibilidade da referida multa, desde que comprove a frequência no tratamento pelo prazo estipulado pelo médico responsável.

Parágrafo único. Cumprida integralmente a medida referida no *caput*, restará extinta a exigibilidade da multa administrativa.

Art. 6º Se o infrator for criança ou adolescente, deverão ser seguidos os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90).

Art. 7º A fiscalização e autuação das sanções impostas nesta Lei, será exercida pelas Polícias Civil e Militar do Estado de Santa Catarina, que lavrarão auto de infração em desfavor do infrator, conforme seu Cadastro de Pessoa Física.

§1º A autuação ocorrerá logo em seguida da confecção do respectivo termo circunstanciado, cujo infrator receberá cópia do protocolo de autuação e exará sua contra fé, sendo que a via original será enviada ao juízo competente anexado ao respectivo procedimento policial.

§2º Os agentes competentes pela lavratura do auto de infração deverão apreender as drogas ilícitas, cuja destruição terá seu procedimento delimitado ao disposto na Lei Federal nº 11.343/06.

Art. 8º Os valores arrecadados serão repassados na razão de: 50% dos valores para as Polícias Militar e Civil, distribuídos de forma proporcional a quantidade de autos de infração que as mesmas expedirem e 50% para o Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN) vinculado à Secretaria de Segurança Pública, com a finalidade de prevenção, fiscalização, recuperação e repressão de entorpecentes no Estado, em consonância com os objetivos da Política Nacional Sobre Drogas.

Art. 9º O Poder Executivo editará Decreto com fim de regulamentar o processo administrativo para eventuais recursos ao auto infração.

Parágrafo único. Tão somente a improcedência do processo criminal ou administrativo, bem como cumprimento integral da hipótese previsto no art. 5º, elidirá o infrator da quitação pecuniária.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões,

Delegado Egidio Ferrari

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 15/02/24

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei se justifica pela necessidade de combater de forma mais eficaz o uso e o porte de drogas ilícitas em espaços públicos, visando à preservação da ordem pública, da segurança e da saúde da população de Santa Catarina.

O uso indevido de drogas ilícitas acarreta inúmeros problemas sociais, de saúde pública e de segurança, impactando negativamente a qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento da sociedade como um todo. Além dos danos individuais, o consumo de drogas ilícitas pode gerar efeitos colaterais como aumento da criminalidade, deterioração dos espaços públicos e prejuízos econômicos.

Nesse contexto, a aplicação de sanções administrativas é uma medida fundamental para desestimular condutas que colocam em risco a integridade e o bem-estar da comunidade. A possibilidade de multas pecuniárias proporciona uma abordagem mais eficaz para lidar com os infratores, buscando não apenas punir, mas também promover a conscientização contra as drogas.

Ademais, é importante ressaltar que a destinação dos recursos provenientes das multas para programas de prevenção e reabilitação representa um investimento estratégico na redução do consumo de drogas e na promoção da saúde e da cidadania catarinense.

Portanto, no ânimo de proteger a segurança e o bem-estar dos cidadãos de Santa Catarina, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

(Assinado eletronicamente pelo Deputado Egidio Maciel Ferrari)

— * * * —

PROJETO DE LEI Nº 530/2023

Acrescenta dispositivo ao art. 9º da Lei nº 18.634, de 2023, que "Institui a Política Estadual de Desenvolvimento e Expansão da Apicultura e Meliponicultura (POLIMEL) e o Programa Estadual de Incentivo à Apicultura e Meliponicultura (PROMEL) no Estado de Santa Catarina e adota outras providências", para incluir apoio financeiro aos produtores que desenvolvem atividades, de interesse social, prejudicadas por problemas relacionados a mudanças e desastres climáticos.

Art. 1º Fica acrescido o inciso III ao art. 9º da Lei nº 18.634, de 7 de fevereiro de 2023, com a seguinte redação:

"Art 9

Parágrafo único.....

IV – os produtores que forem atingidos por problemas relacionados às mudanças e desastres climáticos e que sejam impedidos de exercer suas atividades vinculadas à produção de mel." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Padre Pedro Baldissera

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 15/02/24

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei visa estabelecer medidas de apoio e incentivo aos apicultores do Estado de Santa Catarina que enfrentam desafios significativos devido às mudanças e desastres climáticos. A relevância deste projeto é reforçada pela existência da Lei nº 18.634, de 2023, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento e Expansão da Apicultura e Meliponicultura (POLIMEL) e o Programa Estadual de Incentivo à Apicultura e Meliponicultura (PROMEL), demonstrando o compromisso do Estado com o setor.

É importante asseverar que as mudanças climáticas têm provocado eventos extremos e imprevisíveis, como secas prolongadas, enchentes e variações de temperatura, afetando diretamente a saúde das abelhas e a produtividade da apicultura. Além disso, a apicultura é essencial para a polinização de diversas culturas agrícolas, sendo um componente vital para a biodiversidade e para a sustentabilidade do ecossistema agrícola.

Nesse contexto, os apicultores necessitam de apoio para adaptar suas práticas e estruturas às novas condições climáticas, garantindo a continuidade e a sustentabilidade da apicultura. Assim, iniciativas como capacitação em técnicas de manejo resilientes ao clima, apoio na recuperação de colmeias danificadas e incentivos financeiros para adaptação são fundamentais.

Não obstante, devem ser valorizadas as atribuições e a finalidade do trabalho dos apicultores e meliponicultores, hoje consideradas atividades de interesse social, em virtude de lei aprovada neste egrégio parlamento, pelas razões devidamente fundamentadas, ou seja, o respaldo defendido no presente projeto de lei, está em total consonância com o que esta nobre casa entende como justa ao meio ambiente e sobretudo à sociedade catarinense.

Portanto, esse projeto complementa e reforça os objetivos da POLIMEL e do PROMEL, alinhando-se com a política estadual de desenvolvimento sustentável da apicultura e da meliponicultura. Com efeito, propõe-se a ampliação dos recursos do PROMEL para atender especialmente aos apicultores afetados por desastres climáticos.

Para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se *mister* o apoio dos Parlamentares para sua efetiva aprovação.

Padre Pedro Baldissera

Deputado Estadual

— * * * —

PROJETO DE LEI Nº 531/2023

Institui a Política Intersetorial das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Política Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Estado de Santa Catarina, com a finalidade de integrar os órgãos governamentais e a sociedade civil para a realização de ações intersetoriais, interdisciplinares e interinstitucionais voltadas ao aumento da resolutividade dos serviços de saúde pública.

Art. 2º Considera-se Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs), para efeitos desta Lei, as práticas terapêuticas, técnicas ou complexas baseadas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC) e nas Diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde e em consonância com a Lei Estadual nº 17.706, de 22 de janeiro de 2019.

Art. 3º São objetivos da Política Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde:

I – promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação na saúde complementar, integrativa e tradicional;

II – estimular a formação qualificada de profissionais especializados em PICs;

III – fomentar o planejamento da cadeia de serviços em PICs, visando sua integração e reconhecimento no campo da saúde;

IV – estabelecer critérios para a organização e integração da oferta de PICs nos serviços de Saúde; e

V – estimular a implantação e desenvolver mecanismos de integração dos serviços das PICs em Santa Catarina.

Art. 4º São diretrizes da Política Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde:

I – a colaboração entre diferentes setores da sociedade civil e da Administração Pública voltada à melhoria e ampliação dos serviços públicos de saúde;

- II – o desenvolvimento de ações voltadas à formação e educação permanente dos profissionais de saúde em PICs;
- III – a disponibilização das PICs para o maior número possível de pessoas;
- IV – a inserção das PICs em todos os níveis de atenção em saúde, com ênfase na atenção básica;
- V – a construção coletiva de ações que se integrem a outras políticas sociais em saúde;
- VI – a divulgação das possibilidades terapêuticas e alternativas a tratamentos convencionais, com ênfase no

aspecto de prevenção de agravos de saúde e na segurança;

VII – o acompanhamento e avaliação da inserção e implementação das PICs no âmbito do SUS;

VIII – a redução de custos com medicamentos; e

IX – a promoção de boas práticas em segurança e qualidade nas PICs.

Art. 5º A regulamentação da Política de que trata esta Lei será formulada por Comissão Intersectorial, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Saúde, constituída por representantes dos seguintes órgãos e/ou entidades:

I – Secretaria de Estado da Saúde;

II – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

III – secretarias municipais de saúde;

IV – entidades de profissionais da saúde; e

V – universidades e centros de pesquisas.

Art. 6º Em conformidade com PNPIC, o Poder Executivo promoverá parcerias, acesso a crédito, capacitação técnica, estudos científicos, redes de apoio e informações visando à qualificação do atendimento em PICs no Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Padre Pedro Baldissera

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 15/02/24

JUSTIFICAÇÃO

Senhoras e senhores, submeto a vossas apreciações o presente projeto de lei que visa instituir a Política Intersectorial das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Estado de Santa Catarina. Um projeto essencial para que a saúde dos catarinenses seja amparada, das mais variadas formas.

Já é de conhecimento público que as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) são tratamentos baseados no modelo de atenção humanizada e centrada na integralidade do indivíduo, que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade.

As PICs utilizam de técnicas milenares baseadas em conhecimentos tradicionais e saberes populares e atuam na prevenção de doenças e complicações, redução de sintomas físicos e mentais, e na recuperação e promoção da saúde, proporcionando sensação de bem-estar, relaxamento e alívio de estresse.

Essas práticas são reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como parte da Medicina Tradicional e Complementar (MTC), que engloba diversas formas de cuidado à saúde que existem há milhares de anos em diferentes culturas e regiões do mundo.

No Brasil, as PICs fazem parte do SUS por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), criada em 2006 pelo Ministério da Saúde. Atualmente, o SUS oferece, de forma integral e gratuita, 29 procedimentos de PICs à população.

Nesse contexto, a Política Intersectorial das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde em Santa Catarina, que ora submeto a deliberação dos Membros desta Casa, visa unir esforços entre órgãos governamentais e a sociedade civil para ampliar a eficiência dos serviços de saúde pública.

Ao abranger práticas terapêuticas baseadas em diretrizes nacionais e internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, a norma busca diversificar e integrar conhecimentos das ciências biológicas, naturais e humanas, fortalecendo a oferta de Práticas Integrativas e Complementares nos serviços de saúde no âmbito do SUS.

Os objetivos e diretrizes delineados na proposta de lei buscam não apenas fomentar pesquisas científicas e inovações, mas também garantir a formação qualificada de profissionais especializados nesses métodos, além de estabelecer critérios para organização, integração e oferta dos serviços relacionados às práticas integrativas e complementares, visando a sua expansão e reconhecimento no contexto da saúde em Santa Catarina.

Ao prever a colaboração entre setores da sociedade, estimular a educação permanente dos profissionais de saúde, disponibilizar essas práticas para um maior número de pessoas e inseri-las em diferentes níveis de atenção à saúde, a Política visa oferecer alternativas terapêuticas seguras, promover a prevenção de doenças e até mesmo reduzir custos com medicamentos, sempre pautada na promoção de boas práticas e na segurança dos procedimentos.

A proposta de regulamentação e implementação desta Política, por meio de uma Comissão Intersetorial, demonstra o compromisso do Estado em coordenar esforços de diversas entidades para o benefício da saúde pública.

Eis que, dada a abrangência da Política pública que ora apresento, é mister observá-la à luz do que já está estabelecido na Lei nº 17.706, de 22 de janeiro de 2019, resultante da aprovação, neste Parlamento, do Projeto de Lei de nº 440/2017, de minha autoria.

Isso, porque a consolidação de disposições sobre um mesmo tema faculta o seu melhor conhecimento pela população, que, a partir dessa informação, estará apta a buscar seus direitos no que tange aos atendimentos diversificados e qualificados de saúde.

Em razão de todo o exposto, conto com as Senhoras e os Senhores Parlamentares para a aprovação da matéria.

Padre Pedro Baldissera

Deputado Estadual

— * * * —

PROJETO DE LEI Nº 532/2023

Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, considerada a necessidade de desenvolver ações direcionadas para a atenção à saúde integral e a prevenção ao adoecimento, bem como de estimular práticas que promovam o bem-estar no trabalho de maneira sustentável, humanizada e duradoura.

Art. 2º Para fins da aplicação desta Lei, consideram-se:

I - qualidade de vida no trabalho: conjunto de normas, diretrizes e práticas que integram as condições, a organização, os processos de trabalho, as práticas de gestão e as relações socioprofissionais, com a finalidade de alinhar as necessidades e o bem-estar dos servidores à missão institucional;

II - bem-estar no trabalho: a percepção de emoções positivas e o sentimento de satisfação do trabalhador com relação à organização e às condições de trabalho, às práticas de gestão, ao envolvimento afetivo com o desenvolvimento de suas tarefas e às possibilidades de reconhecimento simbólico;

III - saúde integral: visão integrada do trabalhador como um ser biopsicossocial, com demandas nas diversas áreas da vida, incluída a do trabalho;

IV - valorização do profissional da educação: em consonância com o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, reconhecimento institucional, por meio da implementação de condições ambientais e relacionais, que contribui para a realização profissional, o aprimoramento das relações socioprofissionais e a ampliação das competências profissionais.

Art. 3º A Política de que trata esta Lei será baseada na promoção da saúde integral, no desenvolvimento pessoal e profissional, nas práticas de gestão, nas ações de qualidade de vida no trabalho e na promoção de vivências de bem-estar.

Art. 4º São diretrizes da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação:

I - estabelecimento de relações interpessoais no trabalho com foco na mediação e na harmonia entre o profissional e seus pares e entre o profissional e seus superiores e subordinados;

II - engajamento dos trabalhadores da instituição com foco no planejamento participativo e em ações direcionadas e integradas que visem à contínua melhoria das condições de trabalho, por meio de práticas de gestão e de relações de trabalho harmônicas;

III - implementação de medidas de proteção à saúde integral e de orientação quanto aos protocolos a serem adotados no caso de riscos e de agravos que possam comprometer a saúde dos profissionais da educação;

IV - viabilização de ações de educação permanente que visem à promoção da saúde e à prevenção ao adoecimento no trabalho dos profissionais da educação;

V - promoção de ações educativas e de formação que possibilitem aos trabalhadores a reflexão e a consciência crítica a respeito da responsabilidade social, ética e ambiental;

VI - promoção do desenvolvimento de competências individuais e organizacionais por meio de atividades de capacitação e qualificação que possibilitem o desenvolvimento pessoal e profissional;

VII - estabelecimento de plano organizacional que desenvolva ações para educação e para inclusão social dos trabalhadores com deficiência e que lhes garanta as condições de trabalho essenciais às necessidades laborais;

VIII - estímulo ao equilíbrio entre as atividades profissionais, os cuidados com a saúde e a vida pessoal dos trabalhadores;

IX - estímulo ao desenvolvimento contínuo do aprendizado; e

X - promoção da troca de experiências pedagógicas entre os profissionais da educação, inclusive mediante programas de mentoria profissional para os novos profissionais da educação.

Parágrafo único. As diretrizes da política de que trata o *caput* deverão ser desenvolvidas por meio de planos de qualidade de vida no trabalho que tenham o objetivo de melhorar o clima organizacional, mediante participação ativa e escuta dos profissionais da educação em perspectiva preventiva, na qual a produtividade seja resultante do sentido humano do trabalho, das experiências de bem-estar, da promoção da saúde e da segurança nos espaços institucionais.

Art. 5º São objetivos da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação:

I - promover a saúde integral por meio de ações que potencializem os fatores de proteção organizacionais, pessoais e sociais para o aumento do bem-estar, da saúde, da qualidade de vida e da produtividade, considerados as condições, os processos, os contextos de trabalho, o perfil e as necessidades específicas dos profissionais da educação, bem como o número de jornadas laborais efetivamente realizadas, em casa e no trabalho, e a adequação da carga horária e do número de alunos em sala de aula;

II - reduzir os índices de falta ao trabalho, absenteísmo, e de baixo desempenho decorrente de problemas físicos ou emocionais, bem como o absenteísmo e o presenteísmo, mediante a construção de estratégias de enfrentamento coletivo desses fenômenos, considerados os diversos agentes envolvidos e o combate às causas do adoecimento;

III - fomentar a formação continuada com vistas à valorização do trabalhador na perspectiva da promoção da saúde e do aperfeiçoamento das suas competências pessoais e profissionais;

IV - promover a autonomia e a participação ativa por meio da melhoria do clima organizacional e dos processos de trabalho, com vistas a incentivar a corresponsabilidade, o envolvimento, a autonomia, a criatividade e a inovação;

V - estabelecer a importância do bem-estar no ambiente laboral, do lazer e da vida social, mediante vivências caracterizadas, entre outras, por experiências lúdicas, culturais, esportivas e práticas integrativas de saúde; e

VI - considerar as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias de implementação da Política para assegurar o cumprimento dos planos nacionais, estaduais, distritais e municipais de educação.

Art. 6º Os planos direcionados para o cumprimento das diretrizes e dos objetivos de bem-estar, saúde e qualidade de vida no trabalho e de valorização dos profissionais da educação, baseados na Política de que trata esta Lei, serão optativos para as instituições privadas.

§ 1º Com o propósito de mensurar os resultados e os impactos no clima organizacional e nas vivências laborais, os planos a que se refere o caput deste artigo deverão conter:

I - indicadores de gestão e instrumentos de avaliação das metas pactuadas; e

II - acompanhamento de dados referentes a absenteísmo, a readaptação funcional e a acidentes de trabalho, entre outros indicadores.

§ 2º Os planos a que se refere o caput deste artigo e os dados que basearam a elaboração deles deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral, em consonância com as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação

Lido no Expediente

Sessão de 15/02/24

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa instituir, no Estado de Santa Catarina, "a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação", essencial para reformular e aprimorar as condições laborais no âmbito educacional.

Ao priorizar a criação de ambientes de trabalho mais sustentáveis e humanizados, a proposição em tela atende à necessidade premente de atenção à saúde integral e prevenção ao adoecimento dos profissionais da educação, ao mesmo tempo em que busca promover o bem-estar de maneira duradoura.

Observe-se que a norma projetada estabelece definições claras para termos-chave, como qualidade de vida no trabalho, bem-estar no trabalho, saúde integral e valorização do profissional da educação. Essas definições não apenas conferem clareza conceitual, mas também fornecem uma base sólida para a formulação e implementação de futuras políticas. É ponto notável também a abordagem holística, que integra normas, diretrizes e práticas, alinhando os servidores à missão institucional.

As diretrizes propostas refletem uma visão abrangente, priorizando a promoção de relações interpessoais saudáveis, o engajamento dos trabalhadores, medidas de proteção à saúde integral e ações educativas para a formação continuada. Destaca-se também o reconhecimento da importância do equilíbrio entre atividades profissionais, cuidados com a saúde e a vida pessoal, ressaltando a compreensão da influência positiva de ambientes laborais saudáveis na efetividade do trabalho educacional.

Os objetivos traçados pela proposta não buscam apenas a promoção da saúde e do bem-estar, mas também a redução de problemas como a falta ao trabalho, o absenteísmo e o baixo desempenho derivados de questões físicas ou emocionais. Além disso, o compromisso com a formação continuada, a autonomia, a participação ativa e a valorização do lazer e da vida social são elementos fundamentais para a construção de uma comunidade educacional robusta.

A obrigatoriedade de elaboração de planos alinhados com as diretrizes propostas evidencia uma abordagem pragmática e comprometida com a efetividade da Política que ora se almeja. Destaco, em especial, a ênfase em indicadores de gestão, avaliação de metas e acompanhamento de dados relacionados à saúde e segurança no trabalho, elementos essenciais para garantir a continuidade e o sucesso das iniciativas propostas.

Diante da abrangência e profundidade das medidas propostas, a aprovação deste Projeto de Lei é crucial para instigar ambientes educacionais mais saudáveis, valorizar os profissionais da educação e, por conseguinte, contribuir substancialmente para a melhoria da qualidade da educação em nosso Estado.

Em face do exposto e considerando a relevância da matéria, solicito o apoio das Senhoras e dos Senhores Parlamentares à sua aprovação.

Padre Pedro Baldissera

Deputado Estadual

— * * * —

PROJETO DE LEI Nº 533/2023

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Armazém.

Art. 1º Fica declarada (o) de utilidade pública estadual a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Armazém, com sede no Município de Armazém.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Altair Silva
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 15/02/24

ANEXO ÚNICO
(ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 18.278, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021)
“ANEXO ÚNICO
ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
Armazém	LEIS
.....
Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Armazém	
.....

(NR)”

Sala das Sessões,

Altair Silva
Deputado Estadual

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei que ora apresento tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Armazém, tendo em vista que a referida entidade presta serviços de relevante interesse social à comunidade.

Nesse contexto, de acordo com seu Estatuto Social, a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Armazém tem como finalidade: a) Coordenar atividades voluntárias de combate ao câncer; b) Efetivar a democratização das decisões relacionadas ao câncer disseminando-as junto a sociedade; c) Promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; d) Promoção do voluntariado; e) Promoção da saúde; f) Promoção da assistência social; g) Promoção da cidadania e dos direitos humanos da democracia; h) Divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades acima mencionadas.

Ante o exposto, conto com meus Pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Altair Silva
Deputado Estadual

— * * * —

PROJETO DE LEI Nº 534/2023

Altera o Anexo Único da Lei n. 16.722, de 2015, para denominar o município de Pomerode como a Capital Catarinense do Enxaimel.

Art. 1º O município de Pomerode passa a ser reconhecido como a Capital Catarinense do Enxaimel.

Art. 2º As edificações, artefatos, símbolos, adornos e demais elementos que constituem a técnica de construção em enxaimel, que forem legalmente reconhecidas pelo município de Pomerode, como componentes do seu rol de patrimônio material e imaterial, serão consideradas pelo Estado de Santa Catarina como área e/ou elemento de interesse turístico estadual.

Art. 3º O Anexo Único da Lei n. 16.722, de 2015, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta Lei.

Sala das Sessões,

Napoleão Bernardes
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 15/02/24

ANEXO ÚNICO
(Altera o anexo único da Lei n. 16.722, de 2015)

“ANEXO ÚNICO
ATRIBUIÇÃO ADJETIVA

MUNICÍPIO	TÍTULO	LEI ORIGINAL
.....
Pomerode	Capital Catarinense do Enxaimel	
.....

(NR)”

Sala das Sessões,

Napoleão Bernardes
Deputado Estadual

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição busca fazer jus à reconhecida atuação do município de Pomerode em parceria com importantes instituições no que tange à manutenção, preservação, divulgação e perpetuação da técnica de construção no estilo Enxaimel que constituem identidade própria advinda da colonização germânica.

O enxaimel, ou Fachwerk (em alemão) é uma técnica de construção na qual as paredes são montadas com vigas de madeira em posições horizontais, verticais ou inclinadas, cujos espaços são preenchidos com material de fácil utilização no local.

Os tramos podem ser preenchidos com tijolos, pedras, adobe, taipa, dentre outros materiais, e geralmente não se utiliza reboco. O tramado de madeira confere estilo e beleza às construções do gênero, produzindo um caráter estético privilegiado. Outras características são a robustez, eficiência estrutural e baixo custo de edificação. Esse padrão arquitetônico é historicamente atribuído às regiões germânicas, porém passou por inúmeros processos de adaptação ao longo do tempo derivados da mudança na disponibilidade de recursos naturais. Também houve a inserção de elementos estruturais inexistentes em sua origem, tais como blocos de pedra e alvenaria. O quadro de madeira é muitas vezes deixado exposto no exterior do edifício¹.

Além de fortes, as casas eram baratas e de construção simples. Enxaimel quer dizer enchimento. Primeiro, era construído o esqueleto da casa, todo de toras grossas de madeira. Entre as vigas verticais eram colocadas as horizontais e, nas extremidades das paredes, algumas em ângulo, para evitar inclinação. Pronta a "caixa", os espaços eram completados com materiais disponíveis de acordo com a região.

Em Santa Catarina, há maior ocorrência de tijolos maciços sem uso de reboco. O Vale do Itajaí e o Norte do estado de Santa Catarina têm as maiores concentrações deste modo construtivo na América. Os municípios de Pomerode, Indaial, Blumenau, Joinville, São Bento do Sul, Timbó e Taió têm número significativo de enxaiméis.

Além disso, a proposta também é inspirada na necessidade em reconhecer a conquista da Associação Rota Enxaimel na categoria Valorização do Patrimônio Cultural, no Prêmio Nacional do Turismo, e no estudo que fundou a premiação, em que se dedicou a demonstrar que a localidade detém a maior concentração de casas construídas utilizando a técnica no Enxaimel, fora da Europa.

Além disso, o percurso já é tombado como patrimônio paisagístico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)².

Ante ao exposto, solicito aos pares a devida análise para contribuições e apoio à célere aprovação da proposta.

Napoleão Bernardes
Deputado Estadual

1. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Enxaimel>

2. <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/11/24/maior-concentracao-de-casas-enxaimel-fora-da-europa-rota-em-sc-e-finalista-no-premio-nacional-de-turismo.ghtml>

PROJETO DE LEI Nº 535/2023

Altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de denominar “Delegacia de Polícia Agente Tatiane Patrícia Franzen” a sede da Delegacia de Polícia da Comarca de Presidente Getúlio, no Município de Presidente Getúlio.

Art. 1º Fica denominada “Delegacia de Polícia Agente Tatiane Patrícia Franzen” a sede da Delegacia de Polícia da Comarca de Presidente Getúlio, no Município de Presidente Getúlio.

Art. 2º O Anexo I da Lei nº 16.720, de 8 de outubro de 2015, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Sessões,

Delegado Egidio Ferrari
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 15/02/24

ANEXO ÚNICO
(ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 16.720, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015)

“ANEXO I
BENS PÚBLICOS - INTRAMUNICÍPIOS

.....
PRESIDENTE GETÚLIO	LEI ORIGINAL Nº	
.....
	Denomina “Delegacia de Polícia Agente Tatiane Patrícia Franzen” a sede da Delegacia de Polícia da Comarca de Presidente Getúlio, no Município de Presidente Getúlio.	
.....

” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Diante da Lei n. 18.088, de janeiro de 2021, as Delegacias de Polícia Civil, no Estado de Santa Catarina, poderão ser denominadas com nomes de policiais civis a fim de homenagear policiais civis de reconhecida idoneidade.

No município de Presidente Getúlio, uma das motivações para a denominação da Delegacia de Polícia da Comarca foi a história da Agente de Polícia Tatiane Patrícia Franzen, que ingressou na Polícia Civil no dia 12 de janeiro de 2005, como Agente de Polícia, tendo sua primeira lotação em Rio do Sul/SC.

A Agente Tatiane Patrícia dedicou todos esses anos de sua vida ao serviço público na área de segurança, demonstrando um compromisso excepcional e uma conduta exemplar no exercício de suas funções. Sua atuação foi marcada pela coragem, profissionalismo e dedicação à comunidade, tendo contribuído de forma significativa para a segurança e o bem-estar dos cidadãos da região de Rio do Sul.

Ao longo de sua carreira, a Agente Tatiane Patrícia desempenhou um papel crucial no combate à criminalidade e na promoção da justiça, ganhando o respeito e a admiração da população local. Sua atuação eficiente e comprometida foi fundamental para resolver inúmeros casos de importância para a sociedade, deixando um legado de serviço exemplar.

A proposta de nomear a Delegacia em sua homenagem visa reconhecer publicamente não apenas a competência profissional da Agente Tatiane Patrícia, mas também sua integridade, ética e humanidade no trato com as pessoas. Sua partida prematura em 2023 foi uma perda irreparável para a comunidade, e essa iniciativa representa uma maneira de eternizar sua memória e seu legado de serviço à sociedade.

Conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, considerando que todos os requisitos estipulados do art. 2º, da Lei n. 18.088/21 estão preenchidos, a fim de nomear a Delegacia de Polícia de Presidente Getúlio como "Delegacia de Polícia Agente Tatiane Patrícia Frazen".

(Assinado eletronicamente pelo Deputado Egidio Maciel Ferrari)

CADERNO ADMINISTRATIVO

GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 030, de 06 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **RENATA HAZAN NAPOLEAO SALLES**, matrícula nº 4347, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, do Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-17, a contar de 20 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Republicada por Incorreção

Processo SEI 22.0.000035630-5

— * * * —

ATO DA MESA Nº 033, de 06 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **FABIANA PREVEDELLO**, matrícula nº 4972, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-09, a contar de 14 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Republicada por Incorreção

Processo SEI 22.0.000038239-0

———— * * * ————

ATO DA MESA Nº 053, de 19 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **LISANDREA CRISTINA DA COSTA**, matrícula nº 4358, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, do Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-16, a contar de 19 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** – Secretário

Processo SEI 22.0.000038534-8

———— * * * ————

ATO DA MESA Nº 054, de 19 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR o servidor **RODRIGO MACHADO CARDOSO**, matrícula nº 6305, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-08, a contar de 6 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000050675-3

———— * * * ————

ATO DA MESA Nº 055, de 19 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **ANA RITA MORICONI**, matrícula nº 4345 da função de Chefia de Seção - Redação Final, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 14 de fevereiro de 2024 (DL - COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000002692-8

———— * * * ————

ATO DA MESA Nº 056, de 19 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **ANA RITA MORICONI**, matrícula nº 4345, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer a função de Chefia de Seção - Análise, Elaboração e Revisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar 14 de fevereiro de 2024 (DL - COORDENADORIA DE EXPEDIENTE).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000002692-8

— * * * —

ATO DA MESA Nº 057, de 19 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR o servidor **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ASI-25, a contar de 19 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000038200-4

— * * * —

ATO DA MESA Nº 058, de 19 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **JESSICA CAMARGO GERALDO**, matrícula nº 7248, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-9, a contar de 23 de novembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000034397-1

— * * * —

ATO DA MESA Nº 059, de 19 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **FABIOLA PROBST**, matrícula nº 7210, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-09, a contar de 22 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000038840-1

ATO DA MESA Nº 060, de 19 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR o servidor **ALEXANDRE JOSE BACK**, matrícula nº 6335, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, do Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-16, a contar de 24 de novembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000027407-4

ATO DA MESA Nº 061, de 19 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **MARCIA SELL**, matrícula nº 7205, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-09, a contar de 14 de novembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000028366-9

ATO DA MESA Nº 062, de 19 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20-A, I, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

Art. 1º CONCEDER ao servidor **SANDRO ROBERTO MACIEL**, matrícula nº 8421, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, Retribuição Financeira por desempenho de atividades administrativas de Chefe de Gabinete, no valor correspondente ao da Função de Confiança, código PL/FC-5, a contar de 14 de fevereiro de 2024 (GAB DEP NEODI SARETTA).

Art. 2º FICA PUBLICADO que o servidor exerce atividade administrativa interna a partir de 14 de fevereiro de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000003252-9

PORTARIAS

PORTARIA N° 238, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR SALOMAO RODRIGUES OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP MATHEUS CADORIN – JOINVILLE).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000003693-1

— * * * —

PORTARIA N° 239, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA n°
1608	CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO	25	06/02/2024	15124/2023

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 22.0.000026247-5

— * * * —

PORTARIA N° 240 de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA n°
6802	JULIANA CASCAES DE AQUINO SCHNEIDER	15	09/02/2024	2978/2024

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000012143-6

— * * * —

PORTARIA N° 241, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
4358	LISANDREA CRISTINA DA COSTA	32	22/01/2024	1838/2024

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000018569-8

* * *

PORTARIA Nº 242, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
4406	ELZAMAR ALVES DANTE	90	06/02/2024	18461/2023

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 22.0.000021121-8

* * *

PORTARIA Nº 243, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
11150	OSMAR ALVES MARTINS	15	05/02/2024	2777/2024

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 24.0.000002500-0

* * *

PORTARIA Nº 244, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **LUCIANA GARCIA WINCK**, matrícula nº 7244, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JÉSSICA CAMARGO GERALDO, matrícula nº 7248, que se encontra em licença-prêmio, por 90 (noventa dias), a contar de 07 de fevereiro de 2024 (MD - GABINETE DA PRESIDENCIA).

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 24.0.000003026-7

* * *

PORTARIA N° 245, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 38, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **JULIANA ELENA BASSETTI**, matrícula n° 6324, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerencia de Comissão Parlamentar de Inquérito, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, LUCIANA GARCIA WINCK, matrícula n° 7244, que se encontra substituindo a titular da Assessoria Técnica Administrativa FC-6, por 90 (noventa dias), a contar de 07 de fevereiro de 2024. (DL- COORDENADORIA DAS COMISSÕES).

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 24.0.000003026-7

— * * * —

PORTARIA N° 246, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR MANOEL TIAGO ANTUNES, matrícula n° 12154, servidor da Prefeitura Municipal de São Cristovão do Sul, à disposição desta Assembleia Legislativa, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de fevereiro de 2024 (GAB DEP FABIANO DA LUZ).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000015575-6

— * * * —

PORTARIA N° 247, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

PUBLICAR que a servidora **NEIDE SIVONETE LUMMERTZ JONES**, matrícula n° 8075, designada pela respectiva Deputada, é a responsável pela convalidação e controle de frequência dos servidores externos vinculados ao Gabinete da Deputada Jana Guedes.

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000003808-0

— * * * —

PORTARIA N° 248, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

PUBLICAR que o servidor **RODRIGO DE LUCA DIAS**, matrícula n° 8922, designado pela respectiva Deputada, é a responsável pela convalidação e controle de frequência dos servidores internos vinculados ao Gabinete da Deputada Jana Guedes.

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000003813-6

— * * * —

PORTARIA N° 249, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR MANOEL TIAGO ANTUNES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP FABIANO DA LUZ – PONTE ALTA DO NORTE).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000003822-5

— * * * —

PORTARIA N° 250, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR VICTORIA DOS SANTOS BORGES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-55, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (LIDERANÇA DO PSOL).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000003831-4

— * * * —

PORTARIA N° 251, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **BRUNA RABOCK**, matrícula n° 10960, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de fevereiro de 2024. (GAB DEP VICENTE CAROPRESO).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000003842-0

— * * * —

PORTARIA N° 252, de 16 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR NAYARA PEREIRA DA SILVA RODRIGUES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP MARIO MOTTA).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000003853-5

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS**AVISOS DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2024**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

Nº DA UASG NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR: 929488

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das portas, portões e cancelas automáticas, das dependências da ALESC, em conformidade com as especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.

DATA: 05/03/2024 - HORA: 14:00h

ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas deverão ser cadastradas no sistema Compras.gov.br até o dia 05 de março de 2024 às 14:00h.

O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alesc.sc.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, Sala 802 - Centro – Florianópolis/SC.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Oberdan Francisco Ferrari
Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 23.0.000006496-3

— * * * —

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 005/2024**RETIFICAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

Nº DA UASG NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR: 929488

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mobiliário corporativo (padrão e planejado) para composição de layout, destinados a atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.

DATA: 06/03/2024 - HORA: 14:00h

ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas deverão ser cadastradas no sistema Compras.gov.br até o dia 06 de março de 2024 às 14:00h.

O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alesc.sc.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, Sala 802 - Centro – Florianópolis/SC.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Oberdan Francisco Ferrari
Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 23.0.000042133-2

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 006/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

Nº DA UASG NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR: 929488

OBJETO: O registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento com instalação e prestação de serviço de manutenção de persianas e cortinas, de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.

DATA: 07/03/2024 - HORA: 14:00h

ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas deverão ser cadastradas no sistema Compras.gov.br até o dia 07 de março de 2024 às 14:00h.

O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alesc.sc.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, Sala 802 - Centro – Florianópolis/SC.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Oberdan Francisco Ferrari
Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 23.0.000026248-0

EXTRATOS

EXTRATO Nº 036/2024

REFERENTE: Dispensa de Licitação nº 001/2024, celebrado em 14/02/2024.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Brisen Broadcast Ltda.

CNPJ: 35.141.579/0001-97

OBJETO: Contratação de serviço especializado para elaboração de projeto executivo detalhado para adaptação de espaço nas dependências do Palácio Barriga Verde, com intuito de instalar o novo Estúdio Multimídia da ALESC.

VALOR GLOBAL: R\$47.130,00 (quarenta e sete mil cento e trinta reais), que serão pagos conforme discriminado na tabela a seguir:

ETAPAS	PRAZO (dias corridos)	PRAZO (dias acumulados)	PAGAMENTO - Percentuais Estabelecidos -	Como se dará o pagamento
Fase 01 Estudo Preliminar	10	10	10%	Em parcela única, após o aceite definitivo dos serviços inerentes à Fase 01.
Fase 02 Projetos Básicos - Orçamento Prévio	20	30	30%	Em parcela única, após o aceite definitivo dos serviços inerentes à Fase 02.
Fase 03 Projetos Executivos, Complementares e Orçamento Referencial	30	60	30%	Em parcela única, após o aceite definitivo dos serviços inerentes à Fase 03.
Realização de Licitação para a contratação da execução	60*	120	-	
Fase 04 Supervisão da Execução do Projeto	120**	240	30%	15% - dividido em parcelas mensais, de acordo com o cronograma executivo apresentado pela Contratada na Fase 02. 15% - Em parcela única, após a conclusão das obras resultantes do projeto proposto pela Contratada.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021; Atos da Mesa nº 149/2020 e nº 195/2020; Autorização Administrativa exarada pela Diretoria-Geral (1078427), nos autos do processo que tramita no SEI sob o nº 23.0.000017858-6. Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Dayan Gaultyer Schutz - Diretor de Comunicação Social

Oberdan Francisco Ferrari - Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 23.0.000017858-6

EXTRATO Nº 037/2024

REFERENTE: Contrato nº 004/2024, celebrado em 15/02/2024.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Brisen Broadcast Ltda

CNPJ: 35.141.579/0001-97

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a contratação de serviço especializado para elaboração de projeto executivo, complementar e orçamento detalhado, para adaptação de espaço nas dependências do Palácio Barriga Verde, com intuito de instalar o novo Estúdio Multimídia da ALESC, de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico (item 3), Documento SEI nº 1001961, na proposta da CONTRATADA e neste contrato.

VALOR GLOBAL: R\$47.130,00 (quarenta e sete mil cento e trinta reais).

VIGÊNCIA: - O Contrato terá vigência de 10 (dez) meses contados a partir da data de sua assinatura.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, I, da Lei Federal 14.133/2021; Ato da Mesa nº 149, de 30 de abril de 2020; Ato da Mesa nº 195, de 16 de junho de 2020; Autorização Administrativa exarada pela Diretoria-Geral, por meio de Despacho (1078427), parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem; e Dispensa de Licitação nº 001/2024.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Dayan Gaultyer Schutz - Diretor de Comunicação Social

Ezequiel Fidelis - Representante da empresa



Processo SEI 23.0.000017858-6

EXTRATO Nº 038/2024

REFERENTE: CONTRATO Nº 002/2024, celebrado em 16/02/2024.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Go Vendas Eletrônicas LTDA

CNPJ: 36.521.392/0001-81

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para aquisição de mobiliários soltos, mobiliários especiais, televisor, projetor e acessórios para modernização do Laboratório de Inovação sala 502 da Unidade Administrativa da ALESC, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	CATMAT/ CATSERV	VALOR UNIT. ITEM (R\$)	VALOR TOTAL ITEM (R\$)
10	1	Televisor, tamanho tela: 50 polegadas, voltagem: bivolt v, características adicionais: Smart tv, 4K, WIFI. Entradas HMDI/USB, conversor, tipo tela: LED, acessórios: controle remoto. classificação de consumo: A (selo ENCE). Garantia de 12 meses. Referência: Samsung Smart TV 50" UHD 4K 50AU7700	443965	R\$2.083,49	R\$2.083,49

VIGÊNCIA: 16/02/2024 até 15/02/2025.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Dayan Gaultyer Schutz – Gestor do InovaSC

Gustavo Oliveira – Representante Legal



Processo SEI 24.0.00000828-8

EXTRATO N° 040/2024

REFERENTE: 1° Termo Aditivo ao Contrato n.º 008/2023, celebrado em 15/02/2024.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: VS Data Comércio & Distribuição Ltda.

CNPJ: 07.268.152/0004-61

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade, nos termos justificados pela Gerencia de Segurança e Administração de Redes (1061836), bem como pela manifestação favorável ao pedido, apresentada pela Diretoria de Tecnologia e Informações no Despacho SEI n° (1066786), o que segue:

2.1.1. A prorrogação da licença descrita no item 01 e a prorrogação da renovação de licença no Item 02 do Lote Único, do Contrato Original por mais 12 (doze) meses, a contar de 27/02/2024 até 26/02/2025, conforme tabela a seguir:

LOTE ÚNICO					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALORUNITÁRIO (R\$)	VALORTOTAL (R\$)
01	800	SV	Licença de Software Spectrum Protect Plus Online Services for Microsoft 365	R\$138,87	R\$111.096,00
02	13	SV	Renovação de Licença IBM Spectrum Protect Suite	R\$5.259,45	R\$68.372,85
VALOR TOTAL (R\$):					R\$179.468,85

2.1.2. Fica reconhecido o direito ao reajuste anual, nos termos da Cláusula Terceira, item 3.7, do Contrato Original e Autorizado no Despacho (1072038), referente ao período compreendido de fevereiro/2023 a janeiro/2024, concedendo-se a aplicação mediante Termo de Apostilamento quando tempestivamente possível a apuração do índice.

VIGÊNCIA: O presente termo passa a vigorar e ter efeitos a contar de 27/02/2024.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II e art. 65, § 8º, ambos da Lei n.º 8.666/93; Cláusula terceira, item 3.7 e Cláusula Quinta, item 5.1 do Contrato Original; Atos da Mesa n.º 149/2020 e n.º 195/2020; e Autorização administrativa através do Despacho exarado pela Diretoria-Geral (1072038), consoante se extrai dos autos do processo que tramita no SEI sob o n.º 23.0.000049390-2.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Ami Nadabe Ozelame – Diretor de Tecnologia da Informação

Júlio Eduardo Costa Santos – Sócio Administrador



Processo SEI 23.0.000049390-2

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC

Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembly